

INTRODUÇÃO

“Ouvi uma vez contar que, na região de Náucratis, no Egito, houve um velho deus deste país (...) Thoth. Dizem que foi ele quem inventou os números e o cálculo, a geometria e a astronomia, bem como o jogo das damas e dos dados e, finalmente, fica sabendo, os caracteres gráficos (escrita). (...) Thoth encontrou-se com o monarca, a quem mostrou as suas artes, dizendo que era necessário dá-las a conhecer a todos os egípcios. Mas o monarca quis saber a utilidade de cada uma das artes e, enquanto o inventor as explicava, o monarca elogiava ou censurava, consoante as artes lhe pareciam boas ou más (...) quando chegou a vez da invenção da escrita, exclamou Thoth: «Eis, oh Rei, uma arte que tornará os egípcios mais sábios e os ajudará a fortalecer a memória, pois com a escrita descobri o remédio para a memória – Oh, Thoth, mestre incomparável, uma coisa é inventar uma arte, outra julgar os benefícios ou prejuízos que dela advirão para os outros! Tu, neste momento e como inventor da escrita, esperas dela, e com entusiasmo, todo o contrário do que ela pode vir a fazer! Ela tornará os homens mais esquecidos, pois que, sabendo escrever, deixarão de exercitar a memória, confiando apenas nas escrituras, e só se lembrarão de um assunto por força de motivos exteriores, por meio de sinais, e não dos assuntos em si. Por isso, não inventaste um remédio para a memória, mas sim para a rememoração»”(Platão, *Fedro*, 274c-275a)¹.

Não há dúvida de que Platão tinha razão, principalmente no quadro da sua doutrina e da incidência oral da pedagogia grega que ele louvava, quando chamava a atenção para o facto de a escrita não ser um potenciador da memória. Porém, deixava de lado a faculdade de representar que a escrita tinha, a capacidade de fixar e transmitir aos ausentes, isto é, de voltar a ter presente (re-presentar), tudo aquilo que “tinha sido”, ou, como diria Heródoto, de “narrar o que acontecera” e, tal como admite o filósofo ateniense, de rememorar, acrescentamos nós, e de comemorar, ou seja, de voltar à memória (re-memorar) e de ter memória em conjunto (co-memorar), actividades que pretendemos aqui consagrar nesta obra sobre a cultura escrita.

O céptico diálogo Platónico sobre os possíveis benefícios da escrita ecoa pleno de actualidade nas nossas reflexões acerca da profusão de suportes que hodiernamente coexistem. Ontem, tal como hoje, acompanha-nos o receio de uma tecnologia destruir a outra, apesar de a história nos demonstrar a sua convivalidade ao longo dos tempos, ainda que suscitando a contínua reelaboração cultural, como denotam os textos que se seguem.

Nessa ordem de ideias, procurou-se reunir um número considerável de investigadores, *scilicet*, arqueólogos, historiadores medievais, modernos e contemporâneos, historiadores da arte e do livro, especialistas de literatura, arquivistas, designers e arquitectos, que, a partir dos seus múltiplos olhares disciplinares, metodologias e linguagens, comemoram (no sentido atrás sublinhado) o património textual de uma geografia comum.

O objectivo principal deste novo número da revista *Promontoria Monográfica – História do Algarve*, dedicado às culturas de escrita, é o de contribuir para uma reflexão, na longa duração,

¹ Tradução e notas de Pinharanda Gomes, Lisboa, Guimarães, 2000.

sobre as relações que os homens e as mulheres têm encetado com a escrita e as suas diferentes materialidades (suportes, tecnologias e estruturas), desde as mais vetustas manifestações conhecidas, como podemos acompanhar no texto de Guerra, Barros e Melro, até às mais recentes ditadas pelo surgimento do digital, como se lê no texto de Boto.

A amplitude temporal e a diversidade dos objectos em análise são acompanhadas por uma igualmente ampla e ousada conceptualização de cultura escrita, que se abre às suas diferentes manifestações – ritual, oficial, privada, pública, periodística, publicitária, escolar, urbana, erudita, etc. – sem distinções hierárquicas de suportes, géneros ou formas textuais, capaz de aproximar diferentes tradições disciplinares, que, embora partilhem o mesmo objecto de estudo, estão geralmente afastadas pela especialização académica. Significa, pois, que o livro, nomeadamente o impresso, que nos é mais familiar e símbolo por excelência da cultura escrita, partilha, nesta revista, o espaço analítico com outras materialidades que o precederam e que com ele têm convivido, tais como a pedra (Guerra, Barros e Melro; Encarnação; Santos), o papel manuscrito (Roldão; Vaquinhãs), a folha-de-flandres (Jesus), ou a memória (Boto). Por outro lado, a abordagem ao impresso configura-se singular, atentando no feixe de artigos que lhe são devotados e que evidenciam a historicidade do processo que o introduziu, legitimou e que diversificou as suas potencialidades religiosas, culturais, políticas, sociais ou económicas (Matos; Palma; Guerreiro; Soares e Tavares; Oliveira; Sabóia), sem olvidar as estruturas que o viabilizaram, permitindo a sua apropriação (Matos, Palma, Sabóia e Ribeiro).

Nestas circunstâncias e atendendo ao desenvolvimento de cada tradição de pesquisa, os textos trazidos a público apresentam diferentes graus de profundidade, oscilando entre as sínteses, os estudos de caso e o reconhecimento de caminhos de investigação a explorar, constituindo estímulos relevantes para o desenhar de uma futura história da cultura escrita, só possível, segundo cremos, num projecto a várias “mãos” e perspectivas, construindo um edifício mais forte e seguro, edificado paciente e longamente, andar a andar, e onde a remodelação é, a maior parte das vezes, a sua faceta mais frequente. Não obstante, o caminho percorrido traz a lume novo conhecimento, essencial para a valorização, defesa e divulgação dos *monumentos* que constituem o nosso *património textual*, cujas raízes na sociedade algarvia são mais profundas e mais extensas do que o que vulgarmente se crê.

No ano em que se assinala o bicentenário do falecimento do bispo do Algarve, D. Francisco Gomes do Avelar, falecido a 16 de Dezembro de 1816, decidi a coordenação desta revista *comemorar* a sua obra, consagrando-lhe o presente número e revelando dados sobre a actividade que desenvolveu nos domínios da valorização da cultura escrita impressa e da reintrodução da tipografia no Algarve (Palma). É, ainda, oportuno lembrar que o Algarve celebrará, em 2017, os 530 anos «da mais antiga obra – em caracteres hebraicos – de que (até agora) há notícia na História da Imprensa no nosso país», o *Pentateuco*, sobre que nos fala Matos neste número.

Comemoremos, pois!

Cumpre, por último, assinalar que, tal como surge quase sempre indicado no texto, os autores optam quer por um, quer por outro, dos diferentes acordos ortográficos, problemática que tem dividido a “nação letrada” desde o final do último século até ao presente. E, por fim, especificar que um dos autores desta chã introdução (Oliveira) usa o novo acordo ortográfico, tal como na sua investigação presente nesta publicação, com parcimónia.